

HABEAS CORPUS Nº 475.976 - SC (2018/0283192-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RODRIGO MARTINS ELIAS
ADVOGADO : RODRIGO MARTINS ELIAS - SC035995
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : EDUARDO JOSE VENANCIO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário e com pedido de liminar impetrado em favor de **EDUARDO JOSÉ VENÂNCIO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

O paciente foi denunciado pela suposta prática dos crimes tipificados no art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que denegou a ordem, mantendo a prisão preventiva decretada pelo Juízo *a quo*, em julgado assim ementado:

"*HABEAS CORPUS*. CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E TRÁFICO DE DROGAS [ART. 2º, § 2º, § 3º E § 4º, INCISO I, DA LEI N. 12.850/2013 E ART. 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/2006]. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E FALTA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. FEITO QUE REÚNE BOAS PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. NECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA DEMONSTRADAS EM FATOS CONCRETOS PELO MAGISTRADO. EXTENSA INVESTIGAÇÃO DE GRUPO ATUANTE EM COMUNIDADE DA REGIÃO CONTINENTAL DE FLORIANÓPOLIS E COM RELACIONAMENTO DIRETO COM A FACÇÃO CRIMINOSA PRIMEIRO GRUPO CATARINENSE (PGC). RISCO À ORDEM PÚBLICA CONFIGURADO. ENVOLVIMENTO COM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE EVIDENCIA A PERICULOSIDADE DO AGENTE E O RISCO DE REITERAÇÃO DA CONDUTA. PREDICADOS PESSOAIS QUE NÃO OBSTAM A MEDIDA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS (ART. 319 DO CPP) INVIÁVEL. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA." (e-STJ fl. 23.)

Neste *writ*, a defesa aponta constrangimento ilegal, ao argumento de que a decisão que determinou a prisão preventiva baseou-se em argumentos genéricos e provas inidôneas.

Sustenta que o paciente possui emprego lícito e residência fixa.

Requer, em liminar e no mérito, o conhecimento do pedido para que o paciente seja posto em liberdade provisória com expedição do alvará de soltura ou, então, em sede de pedido subsidiário e a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, com fulcro no art. 319 do CPP.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 40).

Prestadas as informações (e-STJ, fls. 89-222).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *mandamus* (e-STJ, fls. 224-234).

É o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso, a prisão preventiva foi decretada nos seguintes termos:

"No caso concreto, a prova da materialidade e os indícios de autoria das condutas típicas perpetradas pelos indiciados estão presentes nos elementos informativos e provas já constantes da presente investigação policial, da qual se extrai os elementos aptos a indicar que todos são integrantes da organização criminosa denominada "Chelsea", que, supostamente, é envolvida com a organização criminosa denominada primeiro Grupo Catarinense (PGC), tráfico de drogas ou mesmo associação para o tráfico.

[...]

Com efeito, a materialidade delitiva está presente nas diligências investigatórias contidas no Inquérito Policiais, cujo teor revela, em tese, organização criminosa voltada à prática de diversos crimes graves, notadamente o tráfico de drogas, que é o que sustenta o grupo odioso.

Observo, também, que as infrações penais tipificadas nos arts 2º da Lei nº 12.850/2013 e no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, representam crimes dolosos apenados com reclusão superior a 4 (quatro) anos.

Resta, pois assentado o *fumus comissi delicti*.

Quanto aos indícios de autoria, com a continuidade das investigações, iniciada nos autos n. 0018145-02.2017.8.24.0023, pode-se identificar vários supostos envolvidos com a organização criminosa Chelsea e as respectivas participações dos Indiciados, como acima delimitada e individualizada a participação de cada um deles.

[...]

No que tange *periculum in libertatis*, a segregação dos Indiciados é necessária para a garantia da ordem pública.

A prisão de Acusados de integrarem organização criminosa, inclusive em cargos de comando, serve como forma de enfraquecer a atuação de qualquer que seja a organização, visando, principalmente cessar qualquer atividade criminosa ligada a facção, que neste caso, foi apurado que os Indiciados, em tese, integram a organização criminosa denominada Chelsea, grupo ligado ao Primeiro Grupo Catarinense (PGC).

Ainda, ao menos nessa fase de cognição sumária, pode-se inferir que s Indiciados estão envolvidos em um grupo organizado, inclusive armado, que faz do tráfico de drogas em larga escala o seu meio de sobrevivência (a par de outros crimes), o que revela a gravidade concreta das condutas apuradas.

Nesse cenário social e probatório, é evidente que a liberdade dos Indiciados deixaria latente a falsa noção da impunidade e serviria de estímulo para idêntica conduta, fazendo avançar a intranquilidade que os crimes dessa natureza vêm gerando na sociedade como um todo. Daí porque inevitável a conclusão sobre a necessidade da custódia para acautelar a ordem pública.

[...]

Acrescento, ainda que as condutas praticadas por integrantes de organizações criminosas, como a investigada nestes autos, revelam ausência de freio moral e ferem o senso mínimo de justiça, representando grave ofensa à ordem pública, notadamente aos valores protegidos pela ordem constitucional. De se dizer que os cidadãos, por sua vez, permaneceram verdadeiros reféns das ações criminosas, gerando, por consequência, instabilidade social.

Disso deflui-se que circunstâncias favoráveis tais como primariedade, atividade laboral lícita eventualmente exercida por um ou outro indiciado e residência fixa não infirmam a conclusão sobre a necessidade da prisão preventiva.

Do mesmo modo, por haver Indiciados foragidos (WALACE ALEXANDRE ROSA, FERNANDO DE SOUZA CORREA e FRANCISCO DE ASSIS PADILHO FILHO), tenho que o decreto prisional servirá também para assegurar a aplicação da lei penal, eis que os Indiciados facilmente, incluindo também os que já estão presos, poderiam utilizar de meios como a fuga, por exemplo, para evitar suas responsabilidades penais.

Salienta-se ainda que, *in casu*, mostra-se insuficiente e inadequada a imposição de quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão (CPP, art. 319), já que sua concessão, mesmo que condicionada, pressupõe a liberdade dos Acusados, hipótese essa incompatível com a grave situação vislumbrada nestes autos, indicativa de que acaso soltos poderiam tornar a praticar as condutas delituosas." (e-STJ, fl. 195-200.)

Como se vê, a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. O paciente é apontado como integrante de organização criminosa voltada para a prática de delitos diversos, inclusive, por tráfico de drogas e associação para o tráfico. Tais circunstâncias evidenciam o grau de periculosidade do paciente e justificam sua segregação cautelar para garantia da ordem pública, inclusive como forma de evitar a reiteração delitiva.

Saliente-se que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que "a custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa" (RHC 122182, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, j. 19/8/2014).

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados:

"*HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CRIMES DA LEI DE ARMAS. INDÍCIOS DE AUTORIA INSUFICIENTES. NECESSÁRIA DILAÇÃO PROBATÓRIA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *HABEAS CORPUS* CONHECIDO EM PARTE. ORDEM DENEGADA.

1. A apreciação da tese defensiva – ausência de elementos probatórios suficientes a demonstrar que o paciente integra a suposta organização criminosa objeto da investigação –, além de não haver sido realizada pelo Tribunal *a quo*, demandaria ampla dilação probatória, providência incompatível com a via estreita do *habeas corpus*.

2. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas – e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.

3. O Juízo singular ressaltou a apreensão de grande quantidade de drogas, de armas de uso restrito – entre as quais uma submetralhadora – e de munições de diversos calibres, circunstâncias que denotam o fundado risco de reiteração delitiva e, por isso mesmo, idôneas a justificar a prisão preventiva do acusado.

4. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do CPP).

5. A questão atinente ao excesso de prazo para o encerramento do feito não foi apreciada no acórdão impugnado, a inviabilizar o conhecimento do *writ* no ponto, uma vez que a análise do tema diretamente por esta Corte Superior acarretaria indevida supressão de instância.

6. *Habeas corpus* conhecido em parte. Ordem denegada." (HC 409.179/ES, rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, j. 6/12/2018, DJe 19/12/2018.)

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO ANALISADA NO TRIBUNAL *A QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE SER USUÁRIO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE

FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.
RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

[...]

III - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

IV - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerado que seria integrante de "uma sólida associação criminosa voltada ao tráfico de drogas na cidade de Pouso Alegre/MG, com ramificações em outras cidades do Sul de Minas Gerais". Tal circunstância, a meu ver, indica reprovabilidade da conduta, em tese, praticada e justifica a indispensabilidade da imposição da medida extrema.

V - 'A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Relª. Minª. Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

VI - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese.

Recurso ordinário Desprovido." (RHC 95.938/MG, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 3/4/2018, DJe 11/4/2018.)

Nesse contexto, tem-se por inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do paciente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura (RHC 81.745/MG, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; RHC 82.978/MT, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; HC 394.432/SP, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017).

Desse modo, não se verifica ilegalidade apta a justificar a intervenção desta Corte, com a concessão da ordem.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 29 de maio de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator